



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	26.JAN.1975
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

ASSISTÊNCIA EM DEBATE NA GULBENKIAN

M.A.S!

O Governo deve reconhecer a sua responsabilidade crescente pela saúde, segurança e bem-estar social

Terminou, na Fundação Gulbenkian, a mesa-redonda sobre a Administração Social, convocada pela divisão dos assuntos sociais da delegação das Nações Unidas em Genebra, em cooperação com o Ministério dos Assuntos Sociais de Portugal. O objectivo, era examinar as orientações e programas de acção do nesso aparelho sócio-político, atendendo as necessidades presentes do País.

Participaram nos trabalhos várias entidades estrangeiras, destacando-se o representante do Secretário Geral da ONU e chefe da divisão dos Assuntos Sociais da organização, sr. Eyvind Hytten, o representante da Organização Mundial de Saúde, dr. Glyn Thomas e um técnico das Nações Unidas, sr. Dominique Ceccaldi.

Na sessão de abertura, os participantes escutaram, com grande apreço, a alocação do Ministro dos Assuntos Sociais, eng. Lourdes Pintassilgo, como orientadora dos trabalhos. Os assuntos debatidos basearam-se no programa de acção do seu Ministério. Os peritos portugueses, no dizer de Lourdes Pintassilgo, foram bombardeados com perguntas dos técnicos estrangeiros, que procuravam inteirar-se da situação portuguesa, no domínio da assistência social.

Estiveram presentes, entre a assistência em que foram divulgadas as conclusões dos trabalhos, os Secretários de Estado da Administração Interna e das Pescas, o Subsecretário de Estado da Comunicação Social e um representante do Ministério das Finanças.

No decorrer da sessão, foi divulgado o relatório dos trabalhos, o qual reconhece ser necessária a criação dum sistema de saúde e de segurança social eficazes, baseados nos direitos humanos, correspondendo, logicamente, a uma necessidade objectiva e geralmente reconhecida da população. Prestar-se especial atenção à forma de incrementar estes objectivos e para que assim correspondam, efectivamente, às necessidades e expectativas da população e também a sua situação em relação a outras prioridades nacionais.

DESCENTRALIZAR E ELIMINAR CARÊNCIAS E INJUSTIÇAS

Outro ponto importante destacado é a questão de cooperação interministerial tendo em vista a realização dos objectivos sociais nacionais; a necessidade de uma crescente descentralização das tomadas de decisão e execução dos programas sociais; e o papel das agências não-governamentais no campo social, cujas funções ficarão, inevitavelmente modificadas, à medida em que o Governo vá reconhecendo a sua responsabilidade crescente pela saúde, segurança e bem-estar social de todos os cidadãos. Considera ainda «que todas estas questões, implicam não só problemas práticos que irão exigir os esforços conjuntos do País inteiro a fim de serem resolvidos, mas também um certo número de dilemas cuja

complexidade significa que não será tão depressa que se consiga compreender toda a sua extensão. Um dos principais dilemas, é a necessidade de acções rápidas e eficientes, a fim de eliminar as carências e injustiças presentes nos sectores sociais e da saúde».

Dadas as grandes diferenças existentes entre os portugueses, o relatório vem a afirmar a necessidade de banir toda a discriminação social existente, existente. Aponta o documento, ser necessário abolir obstáculos graves de natureza, tanto objectiva como subjectiva, aos fins socializantes dos novos programas de acção da saúde, (a segurança social e questões afins, sendo urgente, acrescenta, uma intervenção concreta no sentido de eliminar privilégios anti-sociais e interesses estabelecidos.

É NECESSÁRIO SER SERVIDOR DO POVO

Lido o relatório, a eng. Lourdes Pintassilgo usou da palavra, agradecendo a presença dos técnicos estrangeiros que cooperaram no estudo das estratégias a adoptar, ao caso Português.

Disse, a certo ponto, que «não conseguimos atingir o grau de especificidade», que ele reveste. A situação é muito «complexa» e os técnicos estrangeiros ficaram bastante «perplexos». Não há modelo concreto que se aplique, afirmou, concluindo ser necessário descobrirmos nós uma forma adequada».

Apesar de todas as dificuldades, disse ter-se chegado a conclusões positivas. E, concretizando, declarou ser necessário abolir o qualificativo que os anteriores governantes adoptavam de «servidores do Estado». Estado, prosseguiu é um conceito abstracto. Reconheceu, seguidamente ser necessário, sim, ser servidor do Povo, dizendo expressamente, não interessar mandar «papéis bonitos para os superiores» mas, sim, ir ao encontro dos interesses das classes marginalizadas, mesmo com o sacrifício de estratos sociais mais favorecidos. Deu, seguidamente, a conhecer que novas mesas-redondas iriam ser realizadas dentro do programa europeu de desenvolvimento geral da ONU. A primeira, na Irlanda, versará sobre o financiamento de objectivos sociais.

Por fim, dirigindo-se ao sr. Hytten, pediu-lhe para agradecer ao secretário-geral, Kurt Waldheim, todos os esforços que desenvolveu no sentido de descolonização portuguesa.

A ONU CONSIDERARÁ O NOSSO CASO

O representante do Secretário Geral da ONU, respondendo à eng. Lourdes Pintassilgo, agradeceu toda a hospitalidade portuguesa.

Reconheceu viver-se uma situação típica que não pode estar em paralelo com os outros países europeus. Portugal, no seu dizer, tem um campo adequado à evolução económica e social por, acrescentou, sermos mais bem conceituados no contexto mundial. Prometeu, seguidamente, apresentar, em breve, na divisão da ANO que chefia, um relatório que esclareça a organização dos nossos problemas actuais. Só assim ela poderá considerar o caso Português.

A finalizar, despediu-se, desejando «boa sorte», progresso e desenvolvimento social.